

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quêlse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eley Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agilides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quêlse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 101ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 20 de Junho de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Crs. Deputados Santos Lima e Basílio Zanusso.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quêise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Arthur de Souza e Leopoldo Jacomet (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arizone Araújo — Ivo Rocha — Luiz Roberto Soares — Paulo Poli — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 52-74, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional do Câncer, e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública, para a coleta de dados estatísticos sobre casos de Neoplasmas Malignos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 21, às 9,30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 102ª Sessão Ordinária
Realizada em 20 de Junho de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Basílio Zanusso.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quêise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arizone Araújo — Ivo Rocha — Luiz Roberto Soares — Paulo Poli — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDA:

EMENDA ADITIVA
AO PROJETO DE LEI N.º 61-74

Acrescente-se o seguinte:

Art. — O Art. 14 da Lei 6.551, de 7-06-74 passa a ter a seguinte redação: "Art. 14 — A correção monetária de créditos tributários originários de fatos geradores anteriores a 1.º de janeiro de 1973 somente alcançará a parcela do ICM, não abrangendo as importâncias das penalidades aplicadas". Sala das Sessões, 20 de junho de 1974.

(a) Deputado Ivo Thomazoni — Líder do Governo.

JUSTIFICATIVA:

Tendo ocorrido um evidente equívoco na Mensagem que resultou a Lei 6.551, de 07-06-74, ao ser feita, no seu art. 14, alusão ao ano de 1973, quando, na realidade, dever-se-ia fazer constar o ano de 1973, pretende a presente emenda corrigir essa distorção.

A alteração proposta vem beneficiar ao contribuinte, pois a correção monetária seja qual for o ano do débito deve atingir somente a parte do ICM, não devendo atingir as multas aplicadas.

Pela Lei 6.384-72, a partir de 1.º de janeiro de 1973, a correção monetária só abrange os débitos existentes até 31-12-72. Como se vê, no ano de 1972 a correção monetária alcançaria as parcelas das multas, o que, realmente, não tem sentido.

A emenda visa, assim, igualar o tratamento tributário relativo à correção monetária dos débitos, de forma mais favorável às empresas eventualmente devedoras do ICM.

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 285-73.
- de autoria do Senhor Deputado Haroldo Bianchi, solicitando dispensa de publicação do Projeto de Lei n.º 1-74.
- de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 83-74.
- de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 83-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, um voto de congratulações à TELEPAR pela entrada em operação experimental, do sistema de DDD no Município de União da Vitória.

Vemos, desta maneira, Senhor Presidente, coroados os nossos esforços em dolar e equiparar aquele Município no esquema da moderna comunicação brasileira.

Já no dia 9 de maio do corrente ano e, anteriormente, em 27 de abril de 1971, apresentávamos Requerimentos solicitando a medida, que ora vem beneficiar aquela progressista cidade paranaense.

Louvável, também, o convênio da TELEPAR com a CONTESEC, (SC), que permitirá seja estendido o DDD do Paraná à cidade catarinense de Porto União, o que virá facilitar, em muito, as comunicações com o nosso vizinho Estado.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1974.

(a) Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado ao Senhor Ministro do Trabalho, expediente solicitando sejam realizados estudos no sentido de se proporcionar aos assalariados do País, "Complemento Salarial", tendo em vista a elevação do custo de vida verificada nos primeiros meses deste ano.

Desenvolvimento com justiça social deve ser meta do Governo. Estatísticas oficiais estão a demonstrar que nos últimos dez anos o índice de produtividade nacional cresceu 56% e o salário mínimo real baixou 55%, isto significa que o País ficou 56% mais rico e aqueles que dependem do salário mínimo ficaram 55% mais pobres. A elevação do salário mínimo em nosso País não tem acompanhado o aumento do custo de vida. Calculada a desvalorização da moeda o salário mínimo de 1955 seria hoje de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), de acordo com os dados do custo de vida da Fundação Getúlio Vargas e superior a Cr\$ 900,00 (novecentos cruzeiros), de acordo com os índices do DIEESE. Entendemos que os assalariados têm direito de melhorar de vida de conformidade com o crescimento do País. Por isso é preciso modificar os critérios que têm servido de base para fixação dos salários. Essas distorções fazem com que os beneficiários do desenvolvimento brasileiro sejam injustamente distribuídos. Uma pequena minoria bem situada ganha cada vez mais e a massa da população que depende do salário mínimo recebe cada vez menos. Essa desproporção provoca sérios prejuízos para a paz social e impede o verdadeiro desenvolvimento, ou seja, o efetivo progresso da população brasileira.

O salário amesquinhado, insuficiente e irreal torna desesperadora a situação da camada mais pobre da população brasileira. Essa infelizmente não é uma afirmativa irresponsável. Os fatos estão atestando sua veracidade. Em 1965 para comprar 6 quilos de carne era preciso trabalhar 25 horas e 24 minutos, em 1974 é preciso trabalhar aproximadamente 65 horas e 57 minutos. Para se comprar 6 quilos de pão em 1965, sete horas e 48 minutos em 1974, dezessete horas e 13 minutos. Para comprar 3 quilos de arroz em 1965, 3 horas e 45 minutos agora, 6 horas e 32 minutos. Isso demonstra claramente a incontestável e dolorosa perda do poder aquisitivo do trabalhador, mais humilde. Esses índices são impressionantes, o operário é obrigado a trabalhar três vezes mais para comprar o mesmo alimento. Esse é um dado objetivo e o Governo não pode ficar insensível, não pode permanecer surdo mudo diante do problema, por que ele é realmente fundamental para milhões de brasileiros.

Diante da situação vivida presentemente justo seria a adoção de um complemento salarial. Alegou-se para justificar o reajuste apresentado, que o salário mínimo desempenha o papel de uma unidade de valor, isto é, seus níveis servem de base para contratos de aluguel de imóveis, reajustamentos de prestações do BNH, taxas e multas. Uma brusca elevação nos salários mínimos representaria assim um verdadeiro agente detonador de uma série de outros aumentos agravando o processo inflacionário dos primeiros meses do ano. Mas deve o Governo encontrar a fórmula para desvinculá-lo de seu atual papel de unidade de valor. O salário mínimo não pode servir de base a reajustes de preços em outras áreas. Deve apenas representar o instrumento capaz de proporcionar padrões condignos de vida ao trabalhador conforme preceito constitucional. O salário mínimo poderia dessa forma ser objeto de reajustes reais, sem provocar aumento. Há aqueles que afirmam como restrição que um reajuste maior para o salário mínimo, levaria o funcionalismo público e os trabalhadores que já recebem salários superiores a reivindicarem aumentos na mesma proporção. O argumento não convence. Mesmo que houvessem pressões o Governo não seria obrigado a aceitar uma política de aumentos salariais indiscriminados. Sabe-se que os trabalhadores de salário mínimo, são os mais atingidos e sacrificados pela alta de 25% na alimentação nos primeiros 4 meses do ano. Seria perfeitamente admissível para o Governo oferecer uma complementação salarial a essa faixa de trabalhadores. Não pode ignorar o Governo os estudos do Ministério da Saúde que apontam como principal causa da mortalidade infantil no Brasil a desnutrição.

E segundo os técnicos desse Ministério a subnutrição condenará milhões de brasileiros a serem débeis mentais porque a insuficiência de proteínas na infância produz lesões irreparáveis no cérebro. Esses débeis mentais serão um ônus para a Nação não só por que exigirão assistência, como também serão parcial ou totalmente improdutivos. A subnutrição está diretamente ligada à miséria, aos baixos salários, ao descompasso entre os reajustes dados ao trabalhador e o custo da alimentação. Eis aí um dado econômico que por si

só justifica plenamente uma nova política para o salário mínimo, com a adoção imediata de um complemento salarial. O Governo crescerá em autoridade e em confiança perante a família trabalhadora e a Nação se assegurar ao trabalhador brasileiro a sua participação efetiva e proporcional no crescimento econômico do País.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1974.

(a) Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado, por esta Presidência, apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, no sentido de que aquela autoridade federal estude a viabilidade de instalação, em nossa Capital, de uma sede Regional da Rede Ferroviária Federal S.A., abrangendo os Estados do Paraná e Santa Catarina.

Este Requerimento, Sr. Presidente, é apresentado no sentido de reiterar outro, por nós subscrito, e aprovado por esta Casa, em data de 10 próximo passado, visando idêntica medida e endereçado ao Sr. Presidente da RFFSA, apoiando inemorial da Associação dos Engenheiros daquela empresa (RVFSC).

Atualmente está o nosso Estado, através da 11.ª Divisão, bem como Santa Catarina, pela 12.ª Divisão, adstrito à administração sediada em Porto Alegre no RGS.

Dos 2.300 quilômetros de novas linhas que figuram no Programa Ferroviário do Governo Federal, 1.061, pertencerão à zona de influência da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, membro integrante da RFFSA.

As regiões servidas pela RVFSC, antes eminentemente agrícolas, vêm agora entrando em um novo ciclo, o das grandes indústrias, enquanto aquela prossegue em sua marcha ascendente através do soja, milho, trigo e ainda o café.

A indústria do papel, em grande ascensão, tem suas instalações localizadas em Harmonia (PR). Lages e Três Barras (SC), representando a maior produção de papel-jornal do País e, praticamente toda a sua produção é transportada por ferrovia, como também o é, em cerca de 50 por cento, a produção de cimento paranaense, o segundo produtor brasileiro.

No setor das indústrias extrativas, como no caso do óleo de soja, a maior parte das empresas do ramo estão situadas às margens da ferrovia como nas cidades de Maringá, Londrina, Ourinhos, Ponta Grossa, Joazeiro e Blumenau.

A "Cidade Industrial de Curitiba", com seus 43 milhões de metros quadrados irá, em futuro breve, através de seus 9,5 quilômetros de ramais ferroviários concorrer consideravelmente para o aumento de carga transportada pela RVFSC, isto sem falar no transporte por trilhos que necessitará a Refinaria de Araucária, da Petrobrás, para escoar a sua produção.

Isto posto, é mais que justificável a nossa pretensão, Sr. Presidente, motivo pelo qual solicitamos o empenho do Sr. Ministro dos Transportes, junto ao Sr. Presidente da RFFSA, na concretização da medida em tela.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1974.

(a) Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência que o documento anexado neste, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro Ney Amintas de Barros Braga, da Educação, para que Sua Excelência determine as providências que julgar adequadas.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1974.

(a) Erondy Silvério

Exmo. Sr. Ney Amintas de Barros Braga

DD. Ministro de Educação

Eu, Leodoro Pinheiro Cunha, brasileiro, casado, residente em Curitiba, Estado do Paraná, representando a turma do 2.º Ano de Filosofia Pura, na Universidade Federal do Paraná, vem em nome da turma, requerer a Vossa Excelência, se digne aprovar o anel de formatura conforme segue anexo um modelo do referido anel.

Desde já agradeço em nome da turma, pela sua dedicação pelos novos Filósofos que por certo irão contribuir muito por esta Nação.

N. Termos

P. Deferimento.

Curitiba, 06-06-74.

Leodoro Pinheiro Cunha

Rep. do 2.º Ano de Filosofia Pura da Universidade Federal do Paraná

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Projeto de Resolução n.º 23-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Passam a integrar a Parte Permanente, os atuais cargos da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia.

Art. 2.º — Os cargos de Assistente Técnico somente serão providos por funcionários públicos estáveis, portadores de diploma de Bacharel em Direito.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de junho de 1974.

(aa) João Mansur — Presidente.

Jorge Sato — 1.º Secretário.

José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

JUSTIFICAÇÃO:

O retorno dos cargos para a parte permanente visa impedir que sua extinção, na hipótese de vaga, represente para o funcionamento da Assembléia um desfalecimento irreparável, como é o caso do assessoramento técnico-legislativo.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 87-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cascavel, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1974.

(a) Iris Caldart

JUSTIFICATIVA:

O Estatuto anexo ao Projeto, expressa a real utilidade da Associação objeto deste Plano de Lei.

Projeto de Lei n.º 88-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Casa do Adolescente, com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1974.

(a) Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, já é de todos nós conhecida, pelos inestimáveis serviços que presta aos jovens desamparados, do sexo masculino, na faixa de 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos, orientando-os e ajudando-os na manutenção empregatícia na integração da comunidade, no seu bem estar e encaminhamento educacional.

Por isso, é perfeitamente dispensável aduzirmos outras considerações em favor da medida consubstanciada neste Projeto de Lei.

Para quaisquer outros esclarecimentos sobre a perfeita situação da entidade em questão, que preenche todos os requisitos legais para a sua declaração de utilidade pública é anexada a competente documentação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente. Para o Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há duas semanas passadas, estivemos nesta Tribuna, e daqui tecemos considerações, e posteriormente, enviamos um apelo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Educação e Cultura a respeito do problema do magistério do Paraná. Porque entendemos ser oportuno que o Sr. Governador do Estado envie a esta Casa o Estatuto do Magistério. E, naquela oportunidade, justificamos, como os Srs. Deputados devem ter lembrança, através de Requerimento que foi enviado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, um pedido no qual insistíamos para que, com urgência, fosse endereçado a esta Casa, para que possamos discutir e votar, o Estatuto do Magistério.

O Sr. Secretário de Educação e Cultura, Cândido Martins de Oliveira, mesmo antes de receber, através desta Casa, o pedido que a ele endereçamos, teve a preocupação de nos remeter expediente, em data de ontem, nos dando satisfações. E, com a maneira peculiar do Sr. Secretário de Educação e Cultura atender prontamente aos Srs. Deputados, vejo que o faz com todos eles, enviou-me um expediente que vou ler para que os Srs. Deputados analisem a situação real da Mensagem que esta Casa aguarda que o Sr. Governador nos encaminhe e que diz respeito ao Estatuto do Magistério do Paraná.

"Caro Amigo e Deputado Nelson Buffara:

Li nos jornais de hoje o seu pronunciamento sobre o Estatuto do Magistério. Revela-se o eminente Deputado uma vez mais o homem público preocupado com assuntos realmente importantes para o nosso Estado e aqui, particularmente, para com o setor educacional. Por entendê-lo assim, é que tomou a liberdade de, mesmo antes de oficialmente receber o seu pedido, antecipar alguns esclarecimentos sobre o tema em pauta.

Preliminarmente, gostaria de deixar claro que o Estado do Paraná desde 1968 tem um Estatuto do Magistério, com respectivo Quadro Próprio, sendo nesse aspecto, precursor na iniciativa e inovador nos benefícios concedidos à laboriosa classe do Professorado. A Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que reformulou a educação nacional em nível de 1.º e 2.º graus, entretanto, condicionou aos Governos um novo posicionamento face a inúmeros aspectos educacionais, inclusive, com relação a estrutura da carreira dos Professores Especialistas em Educação. Fica claro, todavia em dispositivos desse Diploma Legal, que os seus postulados haveriam de ser gradativamente implantados, sem prazos fatais ou sanções de qualquer ordem. O Paraná que em confronto com os demais Estados da Federação, — considerando-se a sua arrecadação e orçamento, — é um dos primeiros em investimento na Educação e Cultura, principalmente no que concerne ao pagamento do seu pessoal, desde a entrada em vigor da Lei Federal vem implantando a reforma de Ensino, com todas as dificuldades apresentadas, sobretudo na parte de adequação de prédios escolares, equipamentos e recursos humanos.

Com relação ao Estatuto do Magistério, há mais de dois anos vem a Secretaria de Educação e Cultura cuidando do assunto, realizando estudos, fazendo consultas e procurando compatibilizar os anseios da Educação à realidade financeira do Estado.

Ao assumirmos o posto de Secretário, urgenciamos esses estudos e preparamos um Anteprojeto havido pelos técnicos educacionais paranaenses e especialistas do Ministério da Educação e Cultura, como em condições de atender aos reclamos da Lei n.º 5.692. Enviado esse estudo, em dezembro de 1973, ao Excelentíssimo Senhor Governador Emílio Gomes, que sempre se mostrou sensível aos assuntos educacionais e culturais, haja visto a obra empolgante que vem realizando nesse campo da sua administração, entendeu-se que uma acurada análise financeira deveria ser procedida na proposição, tendo em conta as profundas implicações decorrentes de implantação de um novo sistema de enquadramento do magistério de 1.º e 2.º graus, mormente, com relação às habilitações, muitas das quais, inclusive, não foram até o presente, perfeitamente definidas pelos órgãos normativos da Educação a nível federal.

Está o Governo do Estado, portanto, com a atenção voltada para esse assunto, tendo já realizado um estudo aprofundado sobre os gastos e despesas efetuados nos últimos anos com a implantação da reforma de ensino nos Municípios Piloto de Implantação e, procede neste momento, a uma avaliação das implicações financeiras que normalmente decorrerão da prática de uma nova sistemática do pagamento do Magistério. Tais cuidados e cautelas, além de obedecerem a uma salutar política administrativa, segue de perto o que vem ocorrendo nos maiores Estados do Brasil que, apesar de contarem com melhores condições de investimento educacional, como é o caso de São Paulo ainda não chegaram a conclusão definitiva com relação ao Estatuto do Magistério, à vista da seriedade do assunto e graves repercussões dele decorrentes para o erário estadual.

Fique portanto, absolutamente tranquilo o eminente colega e amigo, com relação ao assunto levantado da Tribuna que tanto tem abrilhantado, pois o Governo do Estado pela Secretaria da Educação e Cultura e demais setores ligados ao assunto, como de resto todas as pessoas que conhecem o valor da

Educação como força motora do progresso material de um país e veículo de libertação do próprio homem como indivíduo, não deixará em tempo algum de envia r todos os seus esforços para o cumprimento de seus desideratos e atendimento às necessidades de uma área administrativa considerada hoje como prioritária para o futuro da nossa Pátria.

Do amigo

(a) Cândido Martins de Oliveira".

Na realidade, Srs. Deputados, entendo que o Sr. Secretário de Educação é um homem que sempre se mostrou preocupado com a solução de problemas educacionais. Se existem problemas até hoje não solucionados, são problemas de ordem nacional, a mais de duas décadas, problemas que vêm desafiando Ministros e Secretários de Educação na área da educação.

Esse moço brilhante que tem sido, como Deputado que foi nesta Casa e Secretário de Educação, vem demonstrar ser um homem de boa vontade e disposição em atender os Srs. Deputados, quando recorrem a ele, em busca de problemas que devam ser solucionados.

Este que abordamos aqui, é um problema de capital importância, imperativo, de extrema necessidade para a tranquilidade do magistério público de nosso Estado.

Agradecemos ao Srs. Secretário de Educação, pela gentileza que teve de nos enviar este Expediente, nos esclarecendo e dando uma tomada de posição com respeito ao contravertido, ao discutido assunto que é o encaminhamento a esta Casa de Leis por parte do Governo do Estado, do Estatuto do Magistério.

O Sr. Antônio Lopes Junior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero aproveitar a oportunidade para manifestar a minha solidariedade a V. Exa., no que se refere às palavras dirigidas ao Sr. Secretário de Educação, Deputado Cândido Martins de Oliveira. Na verdade V. Exa. tem demonstrado verdadeiro amor à causa pública e tem desempenhado suas funções com elevado espírito público. Problemas do Magistério Público, especialmente do Estatuto do Magistério uma necessidade urgente do Paraná, já recebeu o devido estudo e o devido trabalho.

O SR NELSON BUFFARA — Realmente, essas palavras dirigidas ao eminente Secretário, na minha opinião, são justas e merecidas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa. Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n.º 1-74, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiada. — Será anexada ao Projeto.

Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva constante do Expediente. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 284-73, de autoria do Dep. Igo Lasso, que declara de Utilidade Pública a "Associação Cristã do Bem Estar Social do Paraná — BEMPAR", com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 01-74, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 112-73, que objetiva doar à Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Jacareizinho, o imóvel de propriedade do Estado que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado. Sobre o referido Projeto, foi apresentada uma Emenda Aditiva. — Em votação. — Aprovada.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02-74, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, uma motoniveladora e um caminhão, pertencentes ao D.E.R. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 04-74, de autoria do Dep. Antônio Belinatti, que declara de Utilidade Pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária — (JUBIM), com sede na cidade de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13-74, de autoria do Deputado Antônio Lopes Junior, que declara de Utilidade Pública o Orfanato São Valdomiro, com sede na cidade de Irati. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 13-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Orfanato São Valdomiro", com sede e foro na cidade de Irati.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1974.

(a) Antônio Lopes Junior

JUSTIFICAÇÃO:

O Orfanato São Valdomiro é uma entidade assistencial, fundada em 1938, sem fins lucrativos, tendo como objetivos prestar assistência a menores órfãos e abandonados, de ambos os sexos, dando-lhes educação física, intelectual, moral e profissional, a fim de que possam, dentro de uma formação cristã, ser bons brasileiros, úteis à comunidade iratiense e à Pátria.

Faço ao exposto apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO Projeto de Lei n.º 13-74

1 — Visa a presente proposição de autoria do nobre Deputado Antônio Lopes Junior, declarar de utilidade pública o Orfanato São Valdomiro, com sede e foro na cidade de Irati.

2 — Referida entidade preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou seja:

a) — que está em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade;

b) — que está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas; e

c) — que os membros da sua diretoria não são remunerados a qualquer título.

3 — Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento, tanto de ordem legal ou constitucional, que se lhe anteponha, dando nosso parecer e pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Nelson Buffara — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

PARECER COMISSÃO DE FINANÇAS

1. — Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 13-74, de autoria do nobre Deputado Antônio Lopes Junior, que declara de utilidade pública o Orfanato São Valdomiro, com sede e foro na cidade de Irati, neste Estado.

2. — Havendo já a dita Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela constitucionalidade e juridicidade da maioria e incorrendo, na eventualidade de sua aprovação quaisquer implicações de ordem econômica ou financeira, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de pronunciar-se favoravelmente ao Projeto de Lei em testilha.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 23 de abril de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado João C. Fadel — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 83-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Ministro da Educação, documento firmado por Representante do 2.º Ano de Filosofia Pura da Universidade Federal do Paraná, no sentido de que se digne aprovar o modelo do anel de formatura. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 83-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Bianchi, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 1-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Junior, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 286-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro do Trabalho, consubstanciado em apelo, no sentido de se proporcionar aos assalariados do País, "Complemento Salarial", tendo em vista a elevação do custo de vida verificada nos primeiros meses deste ano. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à TELEPAR pela entrada em operação experimental, do sistema de EDD no Município de União da Vitória. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que sejam efetuados estudos, visando a instalação, nesta Capital, de uma sede Regional da Rede Ferroviária Federal S. A., abrangendo os Estados do Paraná e Santa Catarina. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSOES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 14.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho.

Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Basílio Zenusso apresentou redação final aos seguintes processos:

PROJETO DE LEI N.º 278-70 — de autoria do Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Vila Alto, Município de Umuarama.

PROJETO DE LEI N.º 162-71 — de autoria do Deputado Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Agricultura, criar uma Escola Agrícola, no Município de Laranjeiras do Sul, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 250-71 — de autoria do Deputado Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo construir o Colégio Estadual de Entre Rios, Município de Guarapuava, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 92-72 — de autoria do Deputado Sebastião Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual Agrícola, no Município de Salto do Lontra, para funcionar no próximo ano letivo.

PROJETO DE LEI N.º 169-72 — de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual na sede do Município de RENEANÓPOLIS, Município de Sengés.

PROJETO DE LEI N.º 182-72 — de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 184-72 — de autoria do Deputado Quielise C. da Silva, que denomina Amábilé Possobom, o Grupo Escolar de Vila Olívia, Município de Astorga.

PROJETO DE LEI N.º 90-73 — de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo reverter à Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, os lotes 1, 2, 3, 4, 5, 24 e 25, da quadra 14, da Vila São Joaquim, na referida cidade, tendo em vista a sua não utilização pelo Estado aos fins que se destinavam.

PROJETO DE LEI N.º 271-73 — de autoria do Deputado Wilson Fortes, que denomina Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, o Grande Auditório do Teatro Guaíra.

PROJETO DE LEI N.º 293-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 107-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a participação do Estado do Paraná, no Plano Nacional de Habitação Popular — PLANHAP.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 72-73 — de autoria do Deputado Antônio Lopes Júnior, que dá nova redação ao artigo 3.º, da Resolução n.º 19-69, de 15-8-69, já alterado pelo artigo 1.º, da Resolução n.º 4-70, de 26-5-70.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 05-74 — de autoria do C.C.J. — Ex-Proposição n.º 262-73, que aprova o Convênio de colaboração, celebrado entre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, e o Estado do Paraná, com intervenção da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, com a finalidade que especifica.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12-74 — de autoria do C.C.J. — Ex-Proposição n.º 31-74, que aprova o convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e o Estado do Paraná, objetivando desenvolver programa sobre "Estudo para Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná". — Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Léllo Guimarães Sotomaior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Léllo Guimarães Sotomaior — Secretário.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 278-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Vila Alto, Município de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-6-74.
aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 162-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar através da Secretaria da Agricultura, uma Escola Agrícola no Município de Laranjeiras do Sul.

Art. 2.º — Para o cumprimento do artigo anterior, será consignada no Orçamento Geral do Estado, verba para esse fim.

Art. 3.º — O Poder Executivo fica autorizado a realizar convênios com a Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul, objetivando a doação de terras para esse fim e outras providências que se fizerem necessárias.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-6-74.
aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 250-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir o Colégio Estadual de Entre Rios, no Município de Guarapuava.

Art. 2.º — As despesas decorrentes desta iniciativa correrão à conta de dotação orçamentária da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-6-74.
aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 92-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Salto do Lontra, um Ginásio Estadual Agrícola, com funcionamento previsto para o próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-6-74.
aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 169-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Distrito de RENEANÓPOLIS, Município de Sengés, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-6-74.
aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 182-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel, devendo o mesmo ser instalado para funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-6-74.
aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 184-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado Amábilé Possobom, o Grupo Escolar localizado em Vila Olívia, Município de Astorga.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-6-74.
aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 90-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a reverter à Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, os lotes de terra de nrs. 1, 2, 3, 4, 5, 24 e 25, localizados na quadra 14, da Vila São Joaquim, com a área total de 3.083 metros quadrados, na cidade de São Jorge do Ivaí, tendo em vista a sua não utilização pelo Estado ao fim a que se destinavam.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-6-74.
aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 271-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado de "Governador Bento Munhoz da Rocha Neto", o Grande Auditório do Teatro Guaíra.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-6-74.
aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 293-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a adotar todas as providências necessárias à participação do Estado no Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), com os seguintes objetivos:

I — eliminar, no período máximo de 10 (dez) anos, o "deficit" estadual de habitações para famílias com renda regular entre 1 (um) e 3 (três) salários mínimos regionais;

II — atender à demanda adicional de habitações que venha a ocorrer, na mesma faixa de renda.

Art. 2.º — Para cumprimento desta Lei, poderá o Poder Executivo:

I — Celebrar, com o Banco Nacional de Habitação (BNH) convênio institucional do PLANHAP, a nível estadual, adotando-o quando se fizer necessário, observadas as Resoluções nrs. 1-73 e 46-73, respectivamente, do Conselho de Administração e Diretoria daquele Banco e demais normas que forem baixadas pelo mesmo;

II — elaborar planos, programas, e projetos, visando aos objetivos do PLANHAP, coordenar e fiscalizar as respectivas execução e revisão, pelos órgãos da administração direta e indireta;

III — integrar o Estado e entidades de sua administração indireta no Sistema Financeiro de Habitação Popular (SIFHAP);

IV — instituir o Fundo Estadual de Habitação Popular (FUNDEHAP), previsto nas Resoluções citadas no inciso I deste artigo, para integralização parcial pelo Estado e gestão através do Órgão designado pelas respectivas Entidades Financeiras;

V — designar instituição financeira, organizada sob a forma de sociedade anônima, preferencialmente sob controle acionário do Estado, para Agente Financeiro das operações de crédito a que se refere o artigo 4.º desta Lei e para participar da gestão do FUNDEHAP;

VI — promover a reestruturação das Companhias Habitacionais (COHABs) do Estado e fazê-las ajustar-se, permanentemente, às normas de organização de operações baixadas pelo BNH;

VII — cobrir ou cobrir as perdas em que, eventualmente, incorrerem as COHABs do Estado, inclusive mediante participação do Estado, como estipulante e/ou segurado, em sistemas que viabilizem a prática de seguro de crédito, para cobertura dos riscos inerentes às operações ativas das COHABs;

VIII — elaborar e executar programas permanentes de desenvolvimento comunitário, objetivando a promoção social das famílias de baixa renda, beneficiárias do PLANHAP;

IX — adotar quaisquer outras medidas que ampliem a eficiência dos trabalhos de planejamento, execução, fiscalização, revisão e controle do PLANHAP e permitam constante aperfeiçoamento técnico, administrativo, econômico e financeiro das COHABs do Estado.

Art. 3.º — O Fundo Estadual de Habitação Popular (FUNDHAP), a ser instituído, de acordo com o item IV do artigo precedente, terá valor suficiente para cobrir as despesas necessárias à sua gestão e, para aplicar, sob a forma de empréstimos, a parcela dos investimentos habitacionais do PLANHAP estadual não financiada pelo BNH, observado o disposto nos parágrafos seguintes:

§ 1.º — O Estado integralizará sua participação no FUNDHAP com recursos derivados de financiamentos específicos que lhe forem concedidos pelo BNH com essa finalidade.

§ 2.º — A soma dos valores necessários à integralização direta do FUNDHAP com os indispensáveis à cobertura dos encargos financeiros decorrentes dos financiamentos de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder, em cada exercício, 2% (dois por cento) da Receita Tributária Estadual.

§ 3.º — A integralização do FUNDHAP pelo Estado, com os recursos indicados no parágrafo 1.º deste artigo, será feita de modo a compatibilizar, permanentemente, as disponibilidades do FUNDHAP com as suas necessidades financeiras.

Art. 4.º — Para alcance dos objetivos fixados no artigo 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a contrair ou garantir empréstimos e financiamentos, necessários à execução do PLANHAP e à integralização do FUNDHAP, concedidos ao Estado, às suas entidades de administração indireta, inclusive às COHABs e aos Municípios, até os montantes estabelecidos no artigo 5.º e seus parágrafos.

Parágrafo único — Nas operações de crédito previstas no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a prestar, em nome do Estado, em favor das respectivas entidades credoras, as garantias que se fizerem necessárias, inclusive vinculação parcial de receita ou de quotas do Fundo de Participação dos Estados, com outorga, às mesmas entidades, de mandato pleno e irrevogável para que, na hipótese de inadimplência do Estado, recebam diretamente junto aos órgãos competentes, as parcelas comprometidas da receita ou das quotas do Fundo de Participação que forem necessárias à cobertura do principal e encargos financeiros das dívidas vencidas e não pagas.

Art. 5.º — O Poder Executivo fará incluir nas propostas orçamentárias anuais, inclusive as relativas ao Orçamento Plurianual de Investimentos, dotações suficientes, à cobertura das responsabilidades financeiras do Estado, decorrentes do cumprimento desta Lei.

§ 1.º — Para atender às mencionadas responsabilidades, no exercício de 1974, o Poder Executivo fica autorizado a abrir, de uma só vez ou parceladamente, crédito especial até o montante global, em moeda corrente, que equivale à data dos decretos de abertura, a 167.640 UPC (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta Unidades Padrão de Capital do BNH) correspondendo nesta data a Cr\$ 12.707.120,00 (doze milhões, setecentos e sete mil, cento e vinte cruzeiros).

§ 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, o Poder Executivo poderá cancelar igual importância no Orçamento Geral do Estado.

§ 3.º — Sem prejuízo do disposto no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a contrair, de acordo com as normas operacionais do BNH, empréstimos até o valor equivalente a 857.120 UPC (oitocentas e cinquenta e sete mil, cento e vinte Unidades Padrão de Capital do BNH), para atender às responsabilidades financeiras do Estado com a execução do PLANHAP no triênio 1974-1976, correspondentes nesta data a Cr\$ 64.969.690,00 (sessenta e quatro milhões, novecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e noventa cruzeiros).

§ 4.º — Fica igualmente autorizado o Poder Executivo a garantir os empréstimos concedidos pelo BNH a entidades da administração indireta do Estado, inclusive às COHABs e aos Municípios, para investimentos vinculados ao PLANHAP, no triênio referido até o decuplo do valor indicado no parágrafo anterior.

§ 5.º — Para o Poder Executivo garantir empréstimos ou financiamentos concedidos a Municípios, ou Companhias de Habitação municipais, deverá ser obtida uma contra-garantia dessas entidades.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-6-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Basilio Zanusso

Antônio Lopes Júnior

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 82-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O artigo 3.º, da Resolução n.º 19-69, de 15 de agosto de 1969, alterado pelo artigo 1.º, da Resolução n.º 4-70, de 26 de maio de 1970, mantidos os seus parágrafos, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 3.º — A verba de Assistência Social poderá ainda ser aplicada no pagamento de prestação de serviços de beneficência, na aquisição de livros técnicos, didáticos, literários e científicos, destinados a bibliotecas públicas ou de sociedades culturais; na aquisição de sementes por intermédio de Prefeituras Municipais, de entidades de utilidade pública ou que prestem serviços gratuitos à coletividade; na aquisição de material destinado à inseminação artificial ou de animais reprodutores, para servir gratuitamente a criadores e para auxiliar entidades de serviço na realização de cursos de bordados, corte e costura e atividades afins".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-6-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Basilio Zanusso

Antônio Lopes Júnior

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 05-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio de Colaboração, celebrado em 14 de novembro de 1973, entre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e o Estado do Paraná, com a intervenção da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, objetivando realizar estudos e programas de trabalho, bem como levantamentos e estudos especiais nas áreas de sua competência, para fins de planejamento a nível estadual.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-6-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso — Antonio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e o Estado do Paraná, objetivando o desenvolvimento de um programa sobre "Estudo para o Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná", em 31 de janeiro do corrente ano.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-6-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso — Antonio Lopes Júnior — Relatores

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 3.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho, do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala de Reuniões desta Casa, às quatorze horas, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça sob a Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, e presentes os Senhores Deputados Erondy Silvério, Wilson Fortes e Ovídio Franzoni, e atendendo convocação feita pelo Senhor Presidente da Comissão, compareceram os Senhores Deputados Suplentes: Borsari Netto e Basílio Zanusso. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1). — PROJETO DE LEI N.º 39-74, de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo. Autoriza o Poder Executivo construir prédio para funcionamento da Escola de Comércio de Francisco Beltrão. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 2). — PROJETO DE LEI N.º 42-74, de autoria do Sr. Deputado David Federmann. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Escola Santa Marcelina, de Pirai do Sul. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 3). — PROJETO DE LEI N.º 43-74, de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli. Autoriza o Poder Executivo doar ao Ginásio Nossa Senhora das Graças, de Cambará, uma caminhonete que especifica. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 4). — PROJETO DE LEI N.º 44-74, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Japira um trator que especifica. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 5). — PROJETO DE LEI N.º 48-74, de autoria do Sr. Deputado Antônio Franco F. da Costa Filho. Autoriza o Poder Executivo conceder título de cidadão honorário do Paraná ao Sr. Arturo Andreoli. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 6). — PROJETO DE LEI N.º 49-74, de autoria do Sr. Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Irmandade do Hospital de Caridade, de Irati. Relator Dep. Ovídio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 7). — PROJETO DE LEI N.º 52-74, de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt. Autoriza o Poder Executivo construir prédio destinado ao funcionamento do Ginásio Estadual do Distrito de Santa Lúcia, Município de Capitão Leônidas Marques. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 8). — PROJETO DE LEI N.º 53-74, de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo. Autoriza o Poder Executivo criar como entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Francisco Beltrão e dá outras providências. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 9). — PROJETO DE LEI N.º 55-74, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santa Amélia. Kombi de 1965, e dá outras providências. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 10). — PROJETO DE LEI N.º 56-74, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Tomazina, ambulância que especifica, e dá outras providências. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 11). — PROJETO DE LEI N.º 58-74, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Curitiba, viatura que especifica, e dá outras providências. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 12). — PROJETO DE LEI N.º 65-74, de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk. Autoriza o Poder Executivo construir uma ponte sobre o rio Ivai, na estrada que liga Umuarama, Icaraima e Porto Caiuá, atingindo as cidades de Naviraí, e Dourados no Estado de Mato Grosso. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 13). — PROJETO DE LEI N.º 67-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 25-74, encaminhando anteprojeto de Lei que autoriza a Fundepar contrair empréstimos ou financiamentos junto ao Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados em Unidades Escolares em diversos Municípios. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 14). — PROJETO DE LEI N.º 73-74, de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Confederação Umbandista do Paraná, com sede nesta Capital. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 15). — PROJETO DE LEI N.º 83-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 30-74, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar no Quadro Único de Pessoal Civil, 22 cargos de Bibliotecários, nível 24, e dá outras providências. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 16). — PROJETO DE LEI N.º 216-73, de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato. Disciplina a função de Despachante perante a Secretaria de Segurança Pública, exceto o Detran, e dá outras providências. Relator Deputado Ovídio

Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 17- — PROJETO DE LEI N.º 274-73, de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati. Proíbe o comércio de aluguel de telefones da Telepar, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer contrário. Aprovado. 18- — PROJETO DE LEI N.º 279-73, de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati. Declara de utilidade pública a Associação Interconfessional de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 19- — PROPOSIÇÃO N.º 112-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 23-74, encaminhando cópia de convênio entre o Governo do Estado e o Ministério de Planejamento e Coordenação, para execução de Programa de Treinamento de Executivo. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável com o res-

pectivo Projeto de Resolução. Aprovado. Foram apresentados votados e aprovados os Relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs. 114-74, 115-74, 120-74, 121-74, 122-74, 123-74 e 124-74, todos concluindo que os Vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário desta Casa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Deputado Fabiano Braga Côrtes, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1974.

aa) Dep. Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária